



**CLIPPING INTERNET**  
**22/07/2021 ATÉ 22/07/2021**



# INDÍCE

---

|   |                                    |    |
|---|------------------------------------|----|
| 1 | CNJ                                |    |
|   | 1.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS .....     | 1  |
| 2 | DECISÕES                           |    |
|   | 2.1 BLOG JAILSON MENDES.....       | 2  |
|   | 2.2 SITE O MARANHENSE.....         | 3  |
| 3 | INSTITUCIONAL                      |    |
|   | 3.1 BLOG DJAIR PRADO.....          | 4  |
|   | 3.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....      | 5  |
|   | 3.3 BLOG PÁGINA 2.....             | 6  |
|   | 3.4 PORTAL DO MUNIM.....           | 7  |
|   | 3.5 SITE O MARANHENSE.....         | 8  |
|   | 3.6 SITE PORTAL JG.....            | 9  |
|   | 3.7 SITE RADIO NATIVA FM.....      | 10 |
| 4 | PRESIDÊNCIA                        |    |
|   | 4.1 BLOG DO REGINALDO CAZUMBA..... | 11 |

## CNJ inocenta desembargador Zé Jorge em reclamação

Ministra Maria Moura diz que CNJ não pode intervir em decisão judicial com o intuito de reformá-la ou invalidá-la

“O Conselho Nacional de Justiça possui competência adstrita ao âmbito administrativo do Poder Judiciário, não podendo intervir em decisão judicial com o intuito de reformá-la ou invalidá-la”. Esse foi o entendimento da corregedor nacional de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura, ao decidir sobre o arquivamento de Reclamação Disciplinar 0005476-14.2021.2.00.0000 apresentada pela Construmaster - Construções e Locação de Maquinas Ltda., em desfavor do desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), visando tornar sem efeito ato praticado pelo Desembargador reclamado no bojo do Mandado de Segurança de nº 0804301-69.2021.8.10.0000”.

Segundo os autos do processo ao qual o blog do Antônio Martins teve acesso, a construtora informou que foi vencedora em licitação promovida pela Secretaria de Infraestrutura do Estado do Maranhão-SINFRA, mas que uma empresa que foi desclassificada no certame ajuizou Ação Anulatória, julgada improcedente em primeira instância.

Relata que licitante desclassificada interpôs Apelação e requereu efeito suspensivo ao recurso, que foi concedido em plantão judicial. Tal decisão foi impugnada, tendo o relator reconsiderado para não conhecer do requerimento de atribuição de efeito suspensivo. A nova decisão foi atacada via Agravo Interno e Mandado de Segurança (em que foi deferida a liminar).

Além disso, a requerente defende que além da decisão proferida no Mandado de Segurança ferir a ordem pública, o julgamento do Agravo Interno pela 2ª Câmara Cível do TJ/MA resultou na perda superveniente do seu objeto.

Por fim, alegou que o magistrado, de forma teratológica, indeferiu o pleito de extinção do Mandado de Segurança, pois “a decisão contra a qual o MS fora impetrado não existe mais no mundo jurídico, tendo sido substituída pelo Acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível do TJ/MA”.

“Aduz que a flagrante irregularidade do ato autoriza o controle externo a ser realizado pelo Conselho Nacional de Justiça. Requer a apuração dos fatos narrados e a instauração de Processo Administrativo Disciplinar”, destaca trecho da petição.

A relatora Maria Moura destacou em seu voto que nos termos do art. 103-B, §4º, da Constituição Federal, a via correccional se restringe “ao controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura”.

Desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos

Afirmou ainda que no presente caso, consoante relatado, extrai-se dos autos que o requerente pretende discutir

se houve ou não a perda do objeto do Mandado de Segurança. Para a ministra, nessas hipóteses, em que o ato impugnado tem natureza exclusivamente jurisdicional, o interessado deve buscar os meios de impugnação previstos na legislação processual, não cabendo a intervenção desta Corregedoria Nacional de Justiça.

“Com efeito, o Conselho Nacional de Justiça possui competência adstrita ao âmbito administrativo do Poder Judiciário, não podendo intervir em decisão judicial com o intuito de reformá-la ou invalidá-la. Dessa forma, a pretendida revisão de ato judicial não se enquadra no âmbito das atribuições deste CNJ, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal”, declarou a relatora ao determinar, com fundamento no art. 8º, I, do RICNJ, o arquivamento sumário do presente expediente.

## DOCUMENTO

Clique aqui e baixe a decisão do CNJ arquivando a reclamação movida pela Construmaster contra o desembargador Zé Jorge

## **Prefeito Raimundo Lídio participa de lançamento da nova edição do Selo Unicef**

O Prefeito Municipal de Paulino Neves, Raimundo Lídio, participou na tarde de hoje, 21 de julho, da cerimônia de lançamento do Selo Unicef (2021-2024). A cerimônia aconteceu no Palácio dos Leões, sede do Executivo Estadual e contou com a presença do governador Flávio Dino; da chefe do escritório do UNICEF em São Luís, Ofélia Silva; do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), Lourival de Jesus Serejo; do procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; do defensor público-geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), Alberto Pessoa Bastos; do presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlânio Furtado Luna Xavier; do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alema), Othelino Nova Alves Neto; do secretário de Estado de Governo e presidente do Comitê Estadual de Apoio Técnico aos Municípios (Ceatam), Diego Galdino; do secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo UNICEF no Maranhão (Ceatam), Marcos Pacheco; e da presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Maranhão (CEDCA), Sorimar Sabóia.

Em sua fala, o Prefeito Raimundo Lídio, frisou que a importância da gestão municipal trabalhar políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida.

### Selo UNICEF

O Selo UNICEF é uma iniciativa para estimular e reconhecer avanços na promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes nos municípios. Na adesão à estratégia, a gestão municipal assume o compromisso de manter a agenda de suas políticas públicas pela infância e adolescência como prioridade, ao longo de quatro anos de atividades. A metodologia inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem os municípios a cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança que, no Brasil, é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Prefeitura de Paulino Neves

## **Selo UNICEF divulga nova metodologia em lançamento com governo do Maranhão**

Na quarta-feira (21) foi lançado o Selo UNICEF, numa ação articulada entre o Governo do Estado do Maranhão, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e parceiros. A iniciativa visa, por meio de ações articuladas e intersetoriais, colocar os direitos de crianças e adolescentes no centro da agenda municipal. Com exceção de São Luís, capital, todos os municípios maranhenses estão aptos à adesão, que pode ser realizada pelos gestores municipais até o dia 8 de agosto.

No Maranhão, a implementação do Selo UNICEF ocorre há 16 anos e, nesta edição, é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo UNICEF com o Governo do Estado do Maranhão, Instituto Formação, Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA). Além dessas instituições, são parceiros na garantia dos direitos de crianças e adolescentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Maranhão (CEDCA).

Lançamento - Estiveram presentes na cerimônia de lançamento o governador Flávio Dino; a chefe do escritório do UNICEF em São Luís, Ofélia Silva; o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), Lourival de Jesus Serejo; o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; o defensor público-geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), Alberto Pessoa Bastos; o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlânio Furtado Luna Xavier; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alema), Othelino Nova Alves Neto; o secretário de Estado de Governo e presidente do Comitê Estadual de Apoio Técnico aos Municípios (Ceatom), Diego Galdino; o secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo UNICEF no Maranhão (Ceatom), Marcos Pacheco; e a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Maranhão (CEDCA), Sorimar Sabóia.

Sobre o selo - O Selo UNICEF é uma iniciativa para estimular e reconhecer avanços na promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes nos municípios. Na adesão à estratégia, a gestão municipal assume o compromisso de manter a agenda de suas políticas públicas pela infância e adolescência como prioridade, ao longo de quatro anos de atividades. A metodologia inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem os municípios a cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança que, no Brasil, é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do UNICEF em São Luís, a expectativa para esta edição do Selo UNICEF (2021-2024) é de que o Maranhão supere os resultados alcançados na edição passada, que teve 56 municípios maranhenses certificados.

"Terminamos a edição anterior com o engajamento ativo de quase 170 municípios. Dessa vez, esperamos um número maior de municípios participantes e certificados. Obviamente, para que isso aconteça, o compromisso do UNICEF e a expectativa com todos os parceiros é melhorar os indicadores básicos de saúde, educação e assistência social no estado do Maranhão, especialmente agora, relativos aos impactos diretos e indiretos da COVID-19 em populações vulneráveis", afirma Ofélia.

O grande desafio nesta edição diz respeito aos impactos da COVID-19 em populações mais vulneráveis. De acordo com dados oficiais publicados neste mês pela OMS e UNICEF, 23 milhões de crianças não receberam as vacinas básicas por meio dos serviços de vacinação de rotina em 2020 - 3,7 milhões a mais do que em 2019. Nesse contexto de pandemia, as políticas públicas de saúde referentes à cobertura de imunização, acompanhamento de pré-natal, entre outras, mostram-se reduzidas, devido às interrupções nos atendimentos.

Continue lendo

em: <http://www.reginaldocazumba.com.br/2021/07/selo-unicef-divulga-nova-metodologia-em.html>

## Famem participa do lançamento do selo Unicef 2021

22/07/2021 04:00:00

Representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), o prefeito de São Bernardo e secretário-geral da entidade, João Igor (PDT) participou, nesta quarta-feira (21), do evento de lançamento do Selo UNICEF, que aconteceu de forma presencial no Salão de Atos do Palácio dos Leões e também com transmissão ao vivo no canal do Governo do Estado, no YouTube. O evento é uma ação articulada entre o Governo do Estado do Maranhão, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e parceiros, entre eles, a Famem.

O Selo UNICEF é uma iniciativa que visa, por meio de ações articuladas e intersetoriais, colocar os direitos de crianças e adolescentes no centro da agenda municipal. Os gestores(as) municipais têm até o dia 8 de agosto para fazerem adesão à iniciativa Selo UNICEF. Todos os municípios maranhenses estão aptos à adesão - exceto a capital, São Luís.

João Igor destacou a importância do Selo Unicef para os municípios e, principalmente, para a população. O prefeito também lembrou do papel da entidade municipalista na adesão dos municípios à certificação.

"Os municípios que aderem ao Selo Unicef têm metas a serem cumpridas em diversas áreas, como Saúde, Educação e Assistência Social, o que automaticamente melhora a qualidade de vida dos munícipes. E a Famem tem estimulado e presta assessoria a todos os municípios para que estes venham a aderir a essa importante certificação", ressaltou.

Durante a solenidade, prefeitos e prefeitas dos 56 municípios certificados na última edição do Selo Unicef (2017-2020) receberam especial reconhecimento dos parceiros do Selo Unicef no Maranhão.

Participaram da cerimônia de lançamento o governador Flávio Dino; a chefe do escritório do UNICEF no Maranhão, Ofélia Silva; representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alema), e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Maranhão (CEDCA).

Secretário-geral da Famem, o prefeito João Igor, representou a entidade no evento de lançamento do Selo Unicef 2021

Selo Unicef

O grande desafio nesta edição do Selo Unicef diz respeito aos impactos da Covid-19 em populações mais vulneráveis. De acordo com dados oficiais publicados neste mês pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Unicef, 23 milhões de crianças não receberam as vacinas básicas por meio dos serviços de vacinação de rotina em 2020 - o que corresponde a 3,7 milhões a mais do que em 2019.

"O Selo é uma das estratégias mais importantes de atenção e proteção à criança e ao adolescente do Brasil. Na última edição foram certificados quase 2.000 municípios de 18 estados do Semiárido e da Amazônia Legal. Na edição passada nós tivemos milhões de crianças beneficiadas com o aumento da consulta pré-natal, da cobertura vacinal, da inclusão escolar, do processo participativo de adolescentes em atividades no seu município. Nessa edição o grande desafio é saber como nós recuperamos o bem-estar de crianças e adolescentes que foram afetadas pela pandemia da Covid-19. A parceria com o Governo do Estado pode fortalecer tremendamente nossa capacidade de afetar positivamente a vida dessas crianças no Maranhão", avalia a chefe do escritório do Unicef no Maranhão, Ofélia Silva.

Mais R\$ 2 milhões para a iniciativa

Durante o lançamento desta nova edição do Selo Unicef no Maranhão, o governador Flávio Dino anunciou a destinação de mais R\$ 2 milhões em recursos estaduais, para que o escritório da instituição impulse ainda mais a iniciativa no Maranhão.

Com o anúncio, o Governo do Estado quadruplica o investimento no Selo Unicef, já que em julho do ano passado o governador Flávio Dino sancionou lei autorizando investimento de R\$ 500.000,00 em parceria com o Unicef em prol de crianças e adolescentes do Maranhão.

"É uma articulação do Governo do Estado com as prefeituras, que no ciclo anterior resultou no fato do Maranhão ter um dos melhores desempenhos do Brasil, o melhor da Amazônia. Isso faz com que nós tenhamos muita motivação em acreditar que esses investimentos realizados pelo Estado e pelos municípios vão continuar a produzir efeitos, e, por essa razão, nesse novo ciclo do Selo Unicef nós estamos ampliando o apoio a essa instituição internacional que era da ordem de R\$ 500 mil para mais de R\$ 2 milhões, a fim de que o Unicef tenha no nosso estado os mecanismos, instrumentos, a capacidade de apoiar mais fortemente as ações dos municípios, a fim de que tenhamos maior engajamento e grande sucesso", declarou o governador.

Para o secretário de Estado de Políticas Públicas (SEEPP) e articulador estadual do Selo Unicef, Marcos Pacheco, o Selo atesta a qualidade das gestões municipais na aplicação de políticas para as crianças e adolescentes.

"O Selo é uma certificação da qualidade da gestão municipal voltada para as crianças e adolescentes. Todos sabemos que o Unicef é uma entidade internacional. O Selo ofertado atesta que aquele município de fato é um município que tem uma preocupação muito grande com as suas crianças", informou.

O prefeito da cidade de Paulino Neves, Raimundo Lidio, foi um dos 56 gestores certificados na edição passada do Selo Unicef no Maranhão. Ele comemorou a certificação, que representa a elevação da qualidade da educação, saúde e proteção de crianças e adolescentes do município.

"A gente se sente muito feliz. Fomos certificados por duas vezes e isso nos dá uma responsabilidade muito grande em continuar melhorando a qualidade de vida da infância na nossa cidade. A nossa gestão tem esse compromisso de dar continuidade à adesão ao Selo", frisou o prefeito Raimundo Lidio.

## **Comarca de Olinda Nova do Maranhão vai ficar sem juiz titular novamente**

Assim como algumas cidades próximas, a comarca de Olinda Nova do Maranhão vai ficar juiz titular. A decisão foi tomada ontem, 21, pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, durante a Sessão Plenária Administrativa por videoconferência.

Sede do Fórum de Justiça de Olinda Nova do MA

Na reunião, eles promoveram e removeram juízes, entre eles o da cidade de Olinda Nova do Maranhão, Huggo Alves Albarelli Ferreira, que era titular do município e agora foi removido para a cidade de Senador La Roque.

Huggo Albarelli foi titularizado no ano de 2018 e também já respondeu cumulativamente pelas comarcas vizinhas, como São João Batista, Matinha e São Vicente Ferrer. Em Olinda, entre suas decisões de maior destaque está a suspensão do concurso da prefeitura, em 2020, que até agora não tem previsão de ser feito.

Como nenhum juiz foi nomeado até agora para o município, Olinda Nova do Maranhão ficará sem magistrado titular.

## **Lançada nova edição do Selo Unicef no Maranhão; governador Flávio Dino destina mais R\$ 2 milhões para impulsionar a iniciativa**

22 de julho de 2021

Colocar os direitos de crianças e adolescentes no centro da agenda dos municípios maranhenses. Com esse objetivo foi lançada na tarde desta quarta-feira (21), no Palácio dos Leões, em São Luís, a edição 2021-2024 do Selo Unicef no Maranhão. O ato de lançamento foi uma ação articulada entre o Governo do Estado do Maranhão, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e outros parceiros.

Durante a solenidade, prefeitos e prefeitas dos 56 municípios certificados na última edição do Selo Unicef (2017-2020) receberam especial reconhecimento dos parceiros do Selo Unicef no Maranhão.

O grande desafio nesta edição do Selo Unicef diz respeito aos impactos da Covid-19 em populações mais vulneráveis. De acordo com dados oficiais publicados neste mês pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Unicef, 23 milhões de crianças não receberam as vacinas básicas por meio dos serviços de vacinação de rotina em 2020 - o que corresponde a 3,7 milhões a mais do que em 2019.

“O Selo é uma das estratégias mais importantes de atenção e proteção à criança e ao adolescente do Brasil. Na última edição foram certificados quase 2.000 municípios de 18 estados do Semiárido e da Amazônia Legal. Na edição passada nós tivemos milhões de crianças beneficiadas com o aumento da consulta pré-natal, da cobertura vacinal, da inclusão escolar, do processo participativo de adolescentes em atividades no seu município. Nessa edição o grande desafio é saber como nós recuperamos o bem-estar de crianças e adolescentes que foram afetadas pela pandemia da Covid-19. A parceria com o Governo do Estado pode fortalecer tremendamente nossa capacidade de afetar positivamente a vida dessas crianças no Maranhão”, avalia a chefe do escritório do Unicef no Maranhão, Ofélia Silva.

### Mais R\$ 2 milhões para a iniciativa

Durante o lançamento desta nova edição do Selo Unicef no Maranhão, o governador Flávio Dino anunciou a destinação de mais R\$ 2 milhões em recursos estaduais, para que o escritório da instituição impulse ainda mais a iniciativa no Maranhão.

Com o anúncio, o Governo do Estado quadruplica o investimento no Selo Unicef, já que em julho do ano passado o governador Flávio Dino sancionou lei autorizando investimento de R\$ 500.000,00 em parceria com o Unicef em prol de crianças e adolescentes do Maranhão.

“É uma articulação do Governo do Estado com as prefeituras, que no ciclo anterior resultou no fato do Maranhão ter um dos melhores desempenhos do Brasil, o melhor da Amazônia. Isso faz com que nós tenhamos muita motivação em acreditar que esses investimentos realizados pelo Estado e pelos municípios vão continuar a produzir efeitos, e, por essa razão, nesse novo ciclo do Selo Unicef nós estamos ampliando o apoio a essa

instituição internacional que era da ordem de R\$ 500 mil para mais de R\$ 2 milhões, a fim de que o Unicef tenha no nosso estado os mecanismos, instrumentos, a capacidade de apoiar mais fortemente as ações dos municípios, a fim de que tenhamos maior engajamento e grande sucesso”, declarou o governador.

## Qualidade da gestão dedicada à infância e à adolescência

Para o secretário de Estado de Políticas Públicas (SEEPP) e articulador estadual do Selo Unicef, Marcos Pacheco, o Selo atesta a qualidade das gestões municipais na aplicação de políticas para as crianças e adolescentes.

“O Selo é uma certificação da qualidade da gestão municipal voltada para as crianças e adolescentes. Todos sabemos que o Unicef é uma entidade internacional. O Selo ofertado atesta que aquele município de fato é um município que tem uma preocupação muito grande com as suas crianças”, informou.

O prefeito da cidade de Paulino Neves, Raimundo de Oliveira Filho, popularmente conhecido como Raimundo Lidio, foi um dos 56 gestores certificados na edição passada do Selo Unicef no Maranhão. Ele comemorou a certificação, que representa a elevação da qualidade da educação, saúde e proteção de crianças e adolescentes do município.

“A gente se sente muito feliz. Fomos certificados por duas vezes e isso nos dá uma responsabilidade muito grande em continuar melhorando a qualidade de vida da infância na nossa cidade. A nossa gestão tem esse compromisso de dar continuidade à adesão ao Selo”, frisou o prefeito Raimundo Lidio.

## Sobre o Selo

No Maranhão, a implementação do Selo Unicef acontece há 16 anos. O Selo é uma iniciativa para estimular e reconhecer avanços na promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes nos municípios. Na adesão à estratégia, a gestão municipal assume o compromisso de manter a agenda de suas políticas públicas pela infância e adolescência como prioridade, ao longo de 4 anos de atividades. A metodologia inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem os municípios a cumprirem a Convenção sobre os Direitos da Criança que, no Brasil, é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Até o dia 8 de agosto deste ano, todos os municípios maranhenses estão aptos à adesão - exceto a capital, São Luís. A adesão pode ser feita no site da iniciativa ([www.selounicef.org.br](http://www.selounicef.org.br)).

A iniciativa é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, Instituto Formação, Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA). Além dessas instituições, são parceiros na garantia dos direitos de crianças e adolescentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Maranhão (CEDCA).

Ao todo, 209 municípios maranhenses fizeram adesão à edição anterior e, ao final, 56 municípios maranhenses foram certificados.

## **Lançada nova edição do Selo Unicef no Maranhão; governador destina mais R\$ 2 milhões para a iniciativa**

Lançamento do Selo foi uma ação articulada entre o Governo do Estado do Maranhão, o Unicef e outros parceiros.

MARANHÃO – Colocar os direitos de crianças e adolescentes no centro da agenda dos municípios maranhenses. Com esse objetivo foi lançada na tarde desta quarta-feira (21), no Palácio dos Leões, em São Luís, a edição 2021-2024 do Selo Unicef no Maranhão. O ato de lançamento foi uma ação articulada entre o Governo do Estado do Maranhão, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e outros parceiros.

Durante a solenidade, prefeitos e prefeitas dos 56 municípios certificados na última edição do Selo Unicef (2017-2020) receberam especial reconhecimento dos parceiros do Selo Unicef no Maranhão.

O grande desafio nesta edição do Selo Unicef diz respeito aos impactos da Covid-19 em populações mais vulneráveis. De acordo com dados oficiais publicados neste mês pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Unicef, 23 milhões de crianças não receberam as vacinas básicas por meio dos serviços de vacinação de rotina em 2020 – o que corresponde a 3,7 milhões a mais do que em 2019.

“O Selo é uma das estratégias mais importantes de atenção e proteção à criança e ao adolescente do Brasil. Na última edição foram certificados quase 2.000 municípios de 18 estados do Semiárido e da Amazônia Legal. Na edição passada nós tivemos milhões de crianças beneficiadas com o aumento da consulta pré-natal, da cobertura vacinal, da inclusão escolar, do processo participativo de adolescentes em atividades no seu município. Nessa edição o grande desafio é saber como nós recuperamos o bem-estar de crianças e adolescentes que foram afetadas pela pandemia da Covid-19. A parceria com o Governo do Estado pode fortalecer tremendamente nossa capacidade de afetar positivamente a vida dessas crianças no Maranhão”, avalia a chefe do escritório do Unicef no Maranhão, Ofélia Silva.

Mais R\$ 2 milhões para a iniciativa

Durante o lançamento desta nova edição do Selo Unicef no Maranhão, o governador Flávio Dino anunciou a destinação de mais R\$ 2 milhões em recursos estaduais, para que o escritório da instituição impulse ainda mais a iniciativa no Maranhão.

Com o anúncio, o Governo do Estado quadruplica o investimento no Selo Unicef, já que em julho do ano passado o governador Flávio Dino sancionou lei autorizando investimento de R\$ 500.000,00 em parceria com o Unicef em prol de crianças e adolescentes do Maranhão.

“É uma articulação do Governo do Estado com as prefeituras, que no ciclo anterior resultou no fato do Maranhão ter um dos melhores desempenhos do Brasil, o melhor da Amazônia. Isso faz com que nós tenhamos muita motivação em acreditar que esses investimentos realizados pelo Estado e pelos municípios vão continuar

a produzir efeitos, e, por essa razão, nesse novo ciclo do Selo Unicef nós estamos ampliando o apoio a essa instituição internacional que era da ordem de R\$ 500 mil para mais de R\$ 2 milhões, a fim de que o Unicef tenha no nosso estado os mecanismos, instrumentos, a capacidade de apoiar mais fortemente as ações dos municípios, a fim de que tenhamos maior engajamento e grande sucesso”, declarou o governador.

Qualidade da gestão dedicada à infância e à adolescência

Para o secretário de Estado de Políticas Públicas (SEEPP) e articulador estadual do Selo Unicef, Marcos Pacheco, o Selo atesta a qualidade das gestões municipais na aplicação de políticas para as crianças e adolescentes.

“O Selo é uma certificação da qualidade da gestão municipal voltada para as crianças e adolescentes. Todos sabemos que o Unicef é uma entidade internacional. O Selo ofertado atesta que aquele município de fato é um município que tem uma preocupação muito grande com as suas crianças”, informou.

Continue lendo

em: [https://www.portaldomunim.com.br/lancada-nova-edicao-do-selo-unicef-no-maranhao-governador-destina-mais-r-2-milhoes-para-a-iniciativa/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=lancada-nova-edicao-do-selo-unicef-no-maranhao-governador-destina-mais-r-2-milhoes-para-a-iniciativa](https://www.portaldomunim.com.br/lancada-nova-edicao-do-selo-unicef-no-maranhao-governador-destina-mais-r-2-milhoes-para-a-iniciativa/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=lancada-nova-edicao-do-selo-unicef-no-maranhao-governador-destina-mais-r-2-milhoes-para-a-iniciativa)

## **SÃO LUÍS - Mantida decisão que dá prioridade a moradores de áreas de risco em programas habitacionais**

21/07/2021 23:00:00

Em decisão do último dia 13 de julho, o Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença de primeiro grau que obriga o Município de São Luís a garantir, com prioridade, moradias à população residente em áreas de risco. A Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer que resultou na condenação do município pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís foi ajuizada conjuntamente, em 13 de outubro de 2010, pelo Ministério Público do Maranhão e Defensoria Pública do Estado.

Assinaram a ação o promotor de justiça Fernando Barreto Júnior e o defensor público Alberto Tavares de Araújo e Silva. A confirmação da sentença foi proferida pelo desembargador Marcelo Carvalho Silva em apelação cível interposta pelo município.

Com a Ação Civil Pública, o MPMA e a DPE buscam a efetivação da Lei nº 11.977/2009, que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida e que estabelece a prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero.

Essa ação, segundo o promotor de justiça Fernando Barreto Júnior, deu sequência a uma manifestação anterior do Ministério Público que visava proteger os habitantes das moradias em áreas de risco. Essa ação de 2008 também foi confirmada pelo Tribunal de Justiça duas vezes.

O membro do Ministério Público esclareceu que a Ação Civil Pública foi ajuizada em 2010 logo depois que o Município de São Luís negou o direito à moradia aos moradores das áreas de risco. "Em ofício datado de 24 de setembro de 2010, firmado pelo secretário municipal de Urbanismo e Habitação, é noticiado ao defensor público que os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida de baixa renda já haviam sido cadastrados, e que as moradias disponibilizadas pelo referido programa não eram gratuitas", relata o promotor.

A sentença confirmada pela segunda instância do Judiciário obriga que o Município de São Luís reserve e não realize sorteio das unidades habitacionais necessárias ao atendimento da população que mora nas áreas de risco pelos projetos do Programa Minha Casa Minha Vida (0 a 3 salários mínimos), dos quais seja o responsável pela seleção dos beneficiários, nos termos da Portaria nº 140 do Ministério das Cidades.

No voto em que rejeitou o recurso do Município de São Luís, o desembargador Marcelo Carvalho afirmou que os argumentos jurídicos apresentados não se sustentam. "Eventuais argumentações sobre os princípios da legalidade, da reserva do possível e do poder discricionário da administração caem por terra tendo em conta que, no conflito aparente de normas, sobressai-se a garantia do mínimo essencial para o cumprimento do direito à moradia".

## **Lançada nova edição do Selo Unicef no Maranhão; governador destina mais R\$ 2 milhões para a iniciativa**

22/07/2021 06:29:13

Colocar os direitos de crianças e adolescentes no centro da agenda dos municípios maranhenses. Com esse objetivo foi lançada na tarde desta quarta-feira (21), no Palácio dos Leões, em São Luís, a edição 2021-2024 do Selo Unicef no Maranhão. O ato de lançamento foi uma ação articulada entre o Governo do Estado do Maranhão, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e outros parceiros.

Durante a solenidade, prefeitos e prefeitas dos 56 municípios certificados na última edição do Selo Unicef (2017-2020) receberam especial reconhecimento dos parceiros do Selo Unicef no Maranhão.

O grande desafio nesta edição do Selo Unicef diz respeito aos impactos da Covid-19 em populações mais vulneráveis. De acordo com dados oficiais publicados neste mês pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Unicef, 23 milhões de crianças não receberam as vacinas básicas por meio dos serviços de vacinação de rotina em 2020 - o que corresponde a 3,7 milhões a mais do que em 2019.

"O Selo é uma das estratégias mais importantes de atenção e proteção à criança e ao adolescente do Brasil. Na última edição foram certificados quase 2.000 municípios de 18 estados do Semiárido e da Amazônia Legal. Na edição passada nós tivemos milhões de crianças beneficiadas com o aumento da consulta pré-natal, da cobertura vacinal, da inclusão escolar, do processo participativo de adolescentes em atividades no seu município. Nessa edição o grande desafio é saber como nós recuperamos o bem-estar de crianças e adolescentes que foram afetadas pela pandemia da Covid-19. A parceria com o Governo do Estado pode fortalecer tremendamente nossa capacidade de afetar positivamente a vida dessas crianças no Maranhão", avalia a chefe do escritório do Unicef no Maranhão, Ofélia Silva.

### Mais R\$ 2 milhões para a iniciativa

Durante o lançamento desta nova edição do Selo Unicef no Maranhão, o governador Flávio Dino anunciou a destinação de mais R\$ 2 milhões em recursos estaduais, para que o escritório da instituição impulse ainda mais a iniciativa no Maranhão.

Com o anúncio, o Governo do Estado quadruplica o investimento no Selo Unicef, já que em julho do ano passado o governador Flávio Dino sancionou lei autorizando investimento de R\$ 500.000,00 em parceria com o Unicef em prol de crianças e adolescentes do Maranhão.

"É uma articulação do Governo do Estado com as prefeituras, que no ciclo anterior resultou no fato do Maranhão ter um dos melhores desempenhos do Brasil, o melhor da Amazônia. Isso faz com que nós tenhamos muita motivação em acreditar que esses investimentos realizados pelo Estado e pelos municípios vão continuar a produzir efeitos, e, por essa razão, nesse novo ciclo do Selo Unicef nós estamos ampliando o apoio a essa instituição internacional que era da ordem de R\$ 500 mil para mais de R\$ 2 milhões, a fim de que o Unicef

tenha no nosso estado os mecanismos, instrumentos, a capacidade de apoiar mais fortemente as ações dos municípios, a fim de que tenhamos maior engajamento e grande sucesso", declarou o governador.

## Qualidade da gestão dedicada à infância e à adolescência

Para o secretário de Estado de Políticas Públicas (SEEPP) e articulador estadual do Selo Unicef, Marcos Pacheco, o Selo atesta a qualidade das gestões municipais na aplicação de políticas para as crianças e adolescentes.

"O Selo é uma certificação da qualidade da gestão municipal voltada para as crianças e adolescentes. Todos sabemos que o Unicef é uma entidade internacional. O Selo ofertado atesta que aquele município de fato é um município que tem uma preocupação muito grande com as suas crianças", informou.

O prefeito da cidade de Paulino Neves, Raimundo de Oliveira Filho, popularmente conhecido como Raimundo Lidio, foi um dos 56 gestores certificados na edição passada do Selo Unicef no Maranhão. Ele comemorou a certificação, que representa a elevação da qualidade da educação, saúde e proteção de crianças e adolescentes do município.

"A gente se sente muito feliz. Fomos certificados por duas vezes e isso nos dá uma responsabilidade muito grande em continuar melhorando a qualidade de vida da infância na nossa cidade. A nossa gestão tem esse compromisso de dar continuidade à adesão ao Selo", frisou o prefeito Raimundo Lidio.

## Sobre o Selo

No Maranhão, a implementação do Selo Unicef acontece há 16 anos. O Selo é uma iniciativa para estimular e reconhecer avanços na promoção, realização e garantia dos direitos de crianças e adolescentes nos municípios. Na adesão à estratégia, a gestão municipal assume o compromisso de manter a agenda de suas políticas públicas pela infância e adolescência como prioridade, ao longo de 4 anos de atividades. A metodologia inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem os municípios a cumprirem a Convenção sobre os Direitos da Criança que, no Brasil, é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Até o dia 8 de agosto deste ano, todos os municípios maranhenses estão aptos à adesão - exceto a capital, São Luís. A adesão pode ser feita no site da iniciativa ([www.selounicef.org.br](http://www.selounicef.org.br)).

A iniciativa é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, Instituto Formação, Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA). Além dessas instituições, são parceiros na garantia dos direitos de crianças e adolescentes a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Maranhão (CEDCA).

Ao todo, 209 municípios maranhenses fizeram adesão à edição anterior e, ao final, 56 municípios maranhenses foram certificados.

## **Vice-prefeita Carol do Posto participa do lançamento do Selo UNICEF em São Luís**

Carol do Posto representou o prefeito Fernando Cutrim que não teve como comparecer a cerimônia na capital maranhense em razão da intensa agenda de compromissos em Pirapemas.

Por: PORTAL JG

Data de publicação: 21/07/2021 18h26

Vice-prefeita de Pirapemas Carol do Posto com o governador Flávio Dino durante cerimônia do Selo UNICEF  
A vice-prefeita de Pirapemas, Carol do Posto, esteve na tarde desta quarta-feira (21), em São Luís, participando do Lançamento do Selo Unicef 2021/2024. A solenidade aconteceu no Palácio dos Leões, sede do Governo do Maranhão, com a presença do governador Flávio Dino.

Carol do Posto representou o prefeito Fernando Cutrim que não teve como comparecer a cerimônia na capital maranhense em razão da intensa agenda de compromissos em Pirapemas.

Na solenidade, Carol do Posto recebeu certificado da edição do Selo UNICEF (2017-2020), na qual Pirapemas foi contemplada, em um comunicado oficial da UNICEF, em 24 de dezembro de 2019. Além disso, a vice-prefeita recebeu também um reconhecimento especial dos parceiros do Selo UNICEF no Maranhão.

Leia Também:

[Pirapemas recebe Selo Unicef por desenvolver políticas públicas para as crianças](#)

O Selo UNICEF é uma iniciativa que visa, por meio de ações articuladas e intersetoriais, colocar os direitos de crianças e adolescentes no centro da agenda municipal.

Participaram da solenidade, o governador Flávio Dino; a chefe do escritório do UNICEF em São Luís, Ofélia Silva; o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), Lourival de Jesus Serejo; o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; o defensor público-geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), Alberto Pessoa Bastos; o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlânio Furtado Luna Xavier; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (Alema), Othelino Nova Alves Neto; o secretário de Estado de Governo e presidente do Comitê Estadual de Apoio Técnico aos Municípios (Ceatom), Diego Galdino; o secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo UNICEF no Maranhão (Ceatom), Marcos Pacheco; e a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Maranhão (CEDCA), Sorimar Sabóia.

## **SÃO LUÍS - INAUGURADAS NOVAS INSTALAÇÕES DO ESCRITÓRIO DO UNICEF**

O Ministério Público do Maranhão entregou oficialmente nesta quarta-feira, 21, as novas instalações do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em um espaço anexo ao Centro Cultural do MPMA, na região central da capital. A solenidade foi acompanhada por autoridades e servidores das duas instituições.

Após a reforma e adequação, o novo espaço, com área de 51,52 m<sup>2</sup>, foi dividido em recepção, copa, sala de reunião, sala de coordenação e três gabinetes.

A cerimônia teve, ainda, a assinatura do memorando de entendimento entre o MPMA e o Unicef, com a renovação de uma parceria firmada com objetivo de estimular políticas públicas para crianças e adolescentes vítimas de violência, exclusão e em situação de vulnerabilidade social.

O documento prevê a união de esforços para ampla cooperação técnico-institucional, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências e o desenvolvimento de ações conjuntas entre as partes, entre 2021 e 2024, com enfoque na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A chefe do escritório do Unicef no Maranhão, Ofélia Ferreira da Silva, saudou os presentes e agradeceu todos que colaboram com o fortalecimento da parceria entre as duas instituições. “Faremos novas alianças e já temos iniciativas em progresso. É superimportante poder contar com cada um dos servidores do Ministério Público, promotores e procuradores de justiça para que consigamos conquistar mais vitórias em termos de indicadores sociais no Maranhão”, destacou.

Em seguida, o vice-presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Reinaldo Campos Castro Júnior, destacou que a parceria institucional atende ao princípio constitucional de proteção da criança. “A criança é prioridade, está na lei, no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Constituição”, enumerou.

Para o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), Carlos Henrique Vieira, a atuação do Ministério Público e do Unicef se completam, pois os objetivos das duas instituições são os mesmos. “A inauguração desse escritório é a materialização de que essa parceria se projetará para o futuro”.

Na avaliação do procurador-geral de justiça, cuidar do público infanto-juvenil é um marco da cidadania e sinaliza o amadurecimento de uma sociedade. “Nós temos que cuidar das crianças e adolescentes, e vocês do Unicef fazem isso com muita expertise. O Ministério Público só tem a ganhar com essa parceria. Não podemos trabalhar sozinhos. Temos que estar juntos com a sociedade”, avaliou.

### **AUTORIDADES**

Estiveram presentes as procuradoras de justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho (corregedora-geral) e

Regina Leite (subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos).

Também participaram da solenidade os promotores de justiça Marco Aurélio Batista Barros (diretor da Secretaria de Assuntos Institucionais, em exercício), Karla Adriana Vieira (diretora da Escola Superior), Ana Luiza Almeida Ferro (promotora auxiliar da Escola Superior), Elyjeane Alves Carvalho (promotora auxiliar da Escola Superior), Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes e Danilo José de Castro Ferreira (Núcleo de Assessoria Especial de Investigação).

Redação e fotos: Johelton Gomes (CCOM-MPMA)

<https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/11/18123>